vação de programas preliminares, projectos de execução e abertura de concursos;

- p) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados cujo valor global dos mesmos não ultrapasse o limite de € 2 493 985, incluindo os actos e processos preparatórios, designadamente a aprovação de programas preliminares, projectos de execução e abertura de concursos.

Nas minhas ausências e impedimentos, designo o Professor António Júlio Toucinho da Silva como meu substituto legal, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º e do artigo 130.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, o presente despacho de delegação de competências, só produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, considerando-se ratificados todos os actos praticados pelos vice-presidentes do Instituto Politécnico até à presente data.

18 de Maio de 2006. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 12 413/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 22 de Maio de 2006:

Mário João Barata Calha, professor-adjunto na Escola Superior de Tecnologia deste Instituto — concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 24 de Junho a 2 de Julho de 2006.

26 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *João José Tavares Curado Ruivo*.

Despacho (extracto) n.º 12 414/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 18 de Maio de 2006:

Licenciada Brígida Isabel Gonçalves Ribeiros — renovado o contrato administrativo de provimento como assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Artes Aplicadas deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a 1 de Junho de 2006 e termo a 31 de Maio de 2009.

26 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *João José Tavares Curado Ruivo*.

Despacho (extracto) n.º 12 415/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 3 de Maio de 2006:

Mestre Pedro Alexandre de Almeida do Vale Antunes — renovado o contrato administrativo de provimento como assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a 4 de Maio de 2006 e termo em 3 de Maio de 2007.

26 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *João José Tavares Curado Ruivo*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 6770/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente deste Instituto de 23 de Maio de 2006:

Mestre José Carlos Gonçalves Dias, assistente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração deste Instituto — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País de 14 a 20 de Junho de 2006.

25 de Maio de 2006. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Aviso n.º 6771/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente deste Instituto, Prof. Doutor José Manuel Torres Farinha, de 19 de Maio de 2006, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, deste Instituto, foi autorizada a celebrar contrato administrativo de provimento com Sandra Cristina de Almeida Marques da Cruz para a categoria de assistente, da carreira administrativa,

do regime geral da Administração Pública, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 199, com efeitos a partir da data do despacho.

26 de Maio de 2006. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Despacho n.º 12 416/2006 (2.ª série). — Sob proposta do director da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 533-A/99, de 22 de Julho, e 1359/2004, de 26 de Outubro, são fixados os seguintes prazos de candidatura ao 2.º ciclo dos cursos bietápicos de licenciatura da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, do Instituto Politécnico de Coimbra, para os candidatos que reúnam as condições fixadas na alínea b1) do n.º 1 do artigo 13.º da portaria supra-mencionada:

- Candidaturas — de 19 a 23 de Julho de 2006;
- Seleção e seriação dos candidatos — até 15 de Setembro de 2006;
- Afixação dos editais de colocação — até 22 de Setembro de 2006;
- Reclamações — até 28 de Setembro de 2006;
- Matrículas e inscrições — de 2 a 10 de Outubro de 2006.

22 de Maio de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Regulamento n.º 89/2006:

Regulamento das Provas de Avaliação de Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Coimbra dos Maiores de 23 Anos.

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, faz-se público o Regulamento das Provas de Avaliação de Capacidade para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Coimbra dos Maiores de 23 Anos, aprovado em reunião de conselho de gestão de 11 de Maio de 2006:

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

1 — O presente Regulamento aplica-se a candidatos à realização de provas de avaliação de capacidade para a frequência de cursos de licenciatura ministrados em escolas e institutos do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC).

2 — O presente Regulamento define as matérias constantes do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março.

Artigo 2.º

Inscrição

1 — Podem inscrever-se para realização das provas os candidatos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Não sejam titulares de habilitação de acesso ao ensino superior;
- b) Completarem 23 anos até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas.

2 — A inscrição para a realização das provas decorre durante o mês de Março, em prazo a definir anualmente em calendário geral, nos termos do artigo 14.º do presente Regulamento.

3 — A inscrição é apresentada na escola ou instituto (doravante designada por unidade orgânica) do IPC onde o candidato pretende ingressar.

4 — A inscrição é efectuada mediante entrega de boletim de inscrição, em modelo próprio, a disponibilizar pela unidade orgânica onde o candidato pretende ingressar, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae*, datado e assinado, do qual constem os percursos escolar e profissional do candidato;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Declaração, datada e assinada, comprovativa de que satisfaz as condições previstas no anterior n.º 1.

5 — A inscrição está sujeita ao pagamento de taxas, a efectuar no acto de entrega da documentação referida no número anterior.

6 — A inscrição provisória pode ser efectuada via Internet, através da página *web* da unidade orgânica em que o candidato pretende ingressar, tornando-se definitiva após o pagamento, nos cinco dias úteis subsequentes, das taxas devidas.

7 — Do boletim de inscrição e do pagamento das taxas é devolvido ao candidato documento comprovativo, assinado pelo funcionário que os recebeu.